



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
COORDENAÇÃO DE HISTÓRIA**

Sousa, 1730 – 1854;

De Vila à Cidade

Ednaildo Antônio de Sousa

CAJAZEIRAS – PARAÍBA

2017

Ednaldo Antônio de Sousa

Sousa, 1730 – 1854;

De Vila à Cidade

Monografia apresentada a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção de nota.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Viviane Gomes de Ceballos.

CAJAZEIRAS – PARAÍBA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

S725s Sousa, Ednaildo Antônio de.
Sousa, 1730 - 1854 / Ednaildo Antônio de Sousa. - Cajazeiras, 2017.
42f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane Gomes de Ceballos.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2017.

1. História - Sousa - Paraíba. 2. Historiografia. 3. Desenvolvimento -
Sousa - história. I. Ceballos, Viviane Gomes de. II. Universidade Federal
de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 94(813.3)

DEDICO

Aos meus pais, Antônia Guilherme e Edvaldo Antônio, pelo apoio e pelo incentivo a mim dado para que eu continuasse meus estudos.

A Meu filho Ednaildo Jr. Que desde muito cedo olhava em meus olhos e dizia que íamos estudar para sermos “Dotores”.

A minha companheira de vida, Kaline Queiroga, que por mais que aconteça, sei que ela torce por mim.

A minha filha mais nova Gabrielly, que é a razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

À Deus em primeiro lugar, por mim conceder a vida e a livre decisão em minhas escolhas, e por ter me dado forças em minha graduação.

À Francisco Firmino Sales neto, pela sua imensa paciência e contribuição para a finalização desse trabalho.

À Viviane Gomes de Ceballos, pela mesma aceitar me acompanhar na reta final desse trabalho, uma das etapas mais difíceis da monografia.

À minha Mãe, que estive a se preocupar em todos os momentos de minha luta acadêmica, se eu não iria me atrasar para o ônibus, como também pelo zelo com meus meios de estudo, assim como os sábios concelhos e por seu infinito amor.

A Todos os meus familiares que me incentivaram e praticaram o silêncio em meus momentos de estudo.

Aos amigos e colegas de curso, em especial a João Batista, que esteve sempre ao meu lado e sempre me ajudou no que pode, sem contar as longas conversas e devaneios que tínhamos nas viagens de Sousa à Cajazeiras.

A Todos os professores e funcionários da Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras – PB, pela imensa contribuição no processo de minha formação profissional, e que mesmo em seus ambientes de descanso, nunca faltaram com a ajuda e a boa informação.

RESUMO

O contexto do presente trabalho busca dialogar acerca do desenvolvimento da cidade de Sousa no sertão Paraibano, dentro de uma perspectiva discursiva historiográfica evidenciando o crescimento da cidade dentro da região sertaneja, focando no que a historiografia aborda sobre esse desenvolvimento, ou seja, como ela vem sendo passada ao leitor. Quais os fatos, os atores desses acontecimentos, assim como aborda a criação dos Institutos Históricos, englobando os aspectos políticos, sociais e econômicos que alavancaram e engrenaram a fundação por definitivo da cidade. Em meio ao burburio que rondava o interior do Brasil em meados do século XVIII, tentaremos entender a cidade em seu ideal de criação, partindo do ano de 1730.

PALAVRA CHAVE: Historiografia, Cidade, Religião.

ABSTRACT

The context of the present work seeks to dialogue about the development of the city of Sousa in the Paraíba sertão, within a discursive historiographic perspective evidencing the growth of the city within the sertanejo region, focusing on what historiography approaches about this development, that is, how it has been passed on to the reader. What are the facts, the actors of these events, as well as the creation of the Historical Institutes, encompassing the political, social and economic aspects that have leveled and geared the foundation for the city's finality. In the middle of the buzzing that surrounded the interior of Brazil in the middle of the eighteenth century, we try to understand the city in its ideal of creation, starting from the year 1730.

KEYWORD: Historiography, City, Religion.

Sumário

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 6 |
| CAPITULO I..... | 12 |
| O FAZER HISTÓRIA SEGUNDO O MODELO DO IHGB; HISTÓRIA SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE DE SOUSA NA PARAÍBA..... | 12 |
| 1.1- O Século XIX..... | 12 |
| 1.2 - Os Institutos Históricos e a História Nacional..... | 15 |
| CAPITULO II..... | 21 |
| O PRICÍPIO FORMADOR; DE VILA À CIDADE, SOUSA..... | 21 |
| 2.1- A História local..... | 21 |
| 2.2- Uma Historiografia Souseense..... | 25 |
| CAPITULO III..... | 31 |
| ANÁLISE HISTÓRIOGRAFICA DO LIVRO “ANTES QUE NINGUÉM CONTE”, DE JULIETA PORDEUS GADELHA..... | 31 |
| 3.1 - A Autora..... | 31 |
| 3.2 - O Livro..... | 33 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 39 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 41 |

INTRODUÇÃO

A cidade de Sousa no alto sertão Paraibano foi um dos primeiros núcleos habitacionais a ser formado nessa região, foi mais uma das regiões colonizadas no intuito da criação de gado e de obter riquezas nessas novas concessões que foram feitas a alguns desbravadores portugueses entre os séculos XVII e XVIII. Em Sousa particularmente começou com Bento Freire de Sousa em 1730 quando o mesmo obteve a concessão para construir uma igreja e que em resultado a esta bem feitoria acabou que por reunir os poucos habitantes da região a se unirem em prol de um ideal religioso¹.

Em 1732, foi dado um passo importante, o status de vila adquirido nesse ano teve muita significância para o desenvolvimento da região que atualmente compõe o município de Sousa. A cidade hoje é fruto dessa bravura de uns poucos os quais buscaremos entender ao longo dos capítulos propostos.

No caso da cidade de Sousa da década de 1730, o trabalho pretende discutir esse processo “urbanizador”, abordando se o desenvolvimento tratou antes de tudo de povoar estas terras visando lucros por meio de arrendatário e criação de gado em benefício das regiões litorâneas, assim como são entendidas as cidades do sertão paraibano² ou se o fato ocorreu por meio de questões de âmbito social, na medida em que despertou em alguém uma atenção sobre as terras, já que os lusitanos que aqui chegavam neste período tinham pretensões em colonizar como também catequizar os nativos existentes, como ainda abordar esta modernidade dentro de um conjunto de relações cidadinas, já criados com a consolidação da vila em 1732, ano de conclusão da construção da igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

O que se pretende aqui é discutir a formação da cidade de Sousa buscando entendê-la dentro desse contexto de urbanização³ o qual só é possível através do contexto sócio econômico, sendo que de início trabalharemos com uma vila ainda

¹ GADELHA, 1986. A colonização da futura cidade parte segundo as leituras feitas na obra da reunião dos nativos em torna de uma Igreja.

² SEIXAS, 2004. O autor assim como GADELHA, 1986. É mais um a tratar essa região como sendo de início colonizada pelo simples fato da geração de riquezas e como também pra dá suporte a região litorânea por meio da criação de gado de corte.

³ Conceito moderno implantado no Brasil já em meados do século XX. Consultado em https://www.google.com.br/search?rlz=1C1SAVM_enBR644BR645&q=urbanismo&oq=urbanismo&gs_l=psy-ab.3..014.10500.12491.0.14142.5.5.0.0.0.177.782.0j5.5.0.dummy_maps_web_fallback...0...1.1.64.psy-ab..0.5.782...0i67k1j0i131k1.0.Wy2Y-myUsg4 16/09/2017.

rodeada por relações lusitanas já que essa visão histórica parte de 1730, período em que o Brasil ainda era colônia de Portugal. Portanto o trabalho objetiva fazer as referências do desenvolvimento urbano gerador da cidade pelo período de estruturação e ocupação humana, da futura cidade, principiando as discussões no início do século XVIII, pois o trabalho se embasa na construção de uma igreja chamada Nossa Senhora do Rosário dos Pretos para tentar dar significação a partir desta à cidade, sendo abordados os aspectos de uma vila do período moderno onde são notáveis as relações políticas, social e econômica.

É importante deixar claro que as relações da época eram diferentes das que temos hoje, as formas de comércio e de comunicação existentes no século XVIII eram a herança e o ensinamento trazidos de Portugal. Esse Brasil colônia respirava e vivia sob o regime lusitano, o qual fez uso da espada e da cruz em suas investidas de desbravamento e colonização. O presente texto busca compreender e esclarecer um pouco dessa trama por meio da historiografia que descreve a cidade de Sousa.

No primeiro capítulo do trabalho, intitulado “O Fazer História Segundo o Modelo do IHGB; História sobre a História da Cidade de Sousa na Paraíba”, Será analisado o discurso historiográfico dos Institutos Históricos (em especial do IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano) os quais desde suas fundações buscaram evidenciar os fatos dentro do dialogo historiográfico que permeia o desenvolvimento de todo o país assim como a criação da imagem de nação.

A proposta de trabalho é fazer uma narrativa evidenciando estes pontos dentro do processo de desenvolvimento da cidade de Sousa, levando em conta que para este processo é imprescindível fazer um diálogo com autores que trabalham com cidades e suas conjunturas sociais. Ficando assim o trabalho submetido e aberto a discussões, críticas e novas formas de se pensar o mesmo recorte temporal proposto.

Esses discursos objetivam abordar o contexto histórico sobre o desenvolvimento de Sousa, para que através dele possamos analisar os pontos de forte atuação dentro do processo de desenvolvimento urbano, para que assim a pesquisa histórica possa através deste trabalho viabilizar ao leitor o contexto historiográfico, onde aparecerão as discussões em vários momentos do texto de como se constituiu anos afrente a cidade. Este trabalho busca fazer todo um levante histórico informativo e discursivo sobre a cidade, abordando todos os pontos que possibilitaram o seu desenvolvimento.

Portanto o capítulo seguinte, intitulado “O Principio Formador; De vila à Cidade, Sousa”, aborda a cidade dentre as demais obras regionais com uma em maior destaque, o livro, “Antes que Ninguém Conte” (1986) de Julieta Pordeus Gadelha que é a principal fonte histórica sobre a cidade. Esta versão sobre a cidade será analisada de forma que se possa propor uma análise discursiva de como a cidade está sendo abordada historiograficamente dentro desta obra, e quais as visões dos outros autores regionalistas em relação ao desenvolvimento dessa região que envolve a cidade.

Ao mesmo tempo o capítulo buscará as proporções historiográficas em um sentido discursivo, de como esta região se envolveu na época de sua fundação com as demais localidades já existentes no que viria a ser o atual estado da Paraíba, usando como base a estas discussões livros que trabalham com a historiografia de todo o estado, e como a cidade está sendo abordada pelo principal livro que será trabalhado aqui, e o mais importante de tudo é a questão de mostrar como a cidade vem sendo apresentada dentre estas visões, como; Antes que ninguém Conte – 1986, O velho arraial de piranhas – 2004, Roteiro de uma cidade perdida em sua história Sousa – 2008 entre outros.

O terceiro capítulo, intitulado “Análise historiográfica do livro “Antes que ninguém conte”, de Julieta Por Deus Gadelha”, dialoga com a principal obra sobre a cidade, sendo que nesse contexto será incrementada os objetivos conquistados ao longo do trabalho em termos de diálogos, ou seja, nele trabalharemos a cidade baseando-se em nossas referências textuais até que de certo modo tenhamos uma ideia de como Sousa aparece dentro deste contexto histórico proposto pelo trabalho, que é analisar o desenvolvimento passando de vila a cidade iniciado no século XVIII, começando com a construção de uma pequena igreja, e terminando em 1854, com sua emancipação política. Além do mais a ideia central aqui é fazer um diálogo de forma clara com o leitor, evidenciando todos os pontos principais da cidade dentro do seu processo de desenvolvimento.

Portanto, o trabalho pretende por meio da historiografia montar um diálogo sobre este livro até que se possa fundamentar uma nova versão ideológica do desenvolvimento e crescimento de Sousa, sendo o mesmo mais uma obra aberta a novos diálogos no ambiente historiográfico regional, buscamos através deste trabalho adentrar

cada vez mais neste ambiente interiorano do sertão da Paraíba, para que assim possamos cada vez mais criar meios e discursos que abordem esta região.

Capítulo I

O Fazer História Segundo o Modelo do IHGB; História sobre a História da Cidade de Sousa na Paraíba.

1.1 - O Século XIX

O modo de trabalho historiográfico presente no princípio da formação da cidade de Sousa na Paraíba, nos fez mergulhar no emaranhado discursivo do fazer história que permeia o discurso nacional. Dentre todos os modelos discutidos de se fazer a história, encontramos uma solides no IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), o qual foi fundado propositalmente para que o futuro do Brasil pudesse e tivesse uma história como nação na qual se respaldasse. No entanto o IHGB, passou por muitas dificuldades dentro do cenário nacional que por assim dizer era o que se queria criar, uma história dentro da qual tivesse uma união para que só assim o país fosse visto como nação.

As formas desenvolvimentistas encontradas nessa região sertaneja eram as mesmas ascendentes em todo o país, o desejo e a força da livre expressão de trabalho permitiu uma dissolução e um contínuo desenvolvimento em todo o território brasileiro da pesquisa e da escrita. A condição de se fazer uma história nacional era uma criação recente, com sua base ainda fincada nos conceitos portugueses ao passo que não se tinha uma imagem brasileira que não tivesse influência do pensamento Português.

Os mandatários portugueses estavam de fato compenetrados nessas terras e isso fez com que fosse alavancado o desenvolvimento de pequenas vilas que aos poucos foram se tornando cidades. Apesar de recente e sob os olhos de Portugal, estas terras também pediam por um inglório enaltecido que só foi possível de se vê a partir do século XIX com a fundação e o trabalho do Instituto Histórico que por sua vez esboçou um novo olhar sobre estas terras.

O pensar a história se tornou um caso frequente e bem comum do século XIX, em meio a tantos discursos ainda não se havia criado ou digamos sido definido um modelo de se fazer história, nesse meio tempo até nossos dias atuais, podemos ver que a mesma já ganhou o destaque como disciplina científica dentro do campo das universidades, e vem ganhando cada vez mais força. No Brasil essa questão começou a ser pensada dentro de um quadro menor do que se é visto hoje, as divisões feitas pela Coroa Portuguesa, no início do século, fez com que muitas regiões tivessem um

desenvolvimento diferente umas das outras. A maneira europeia de se fazer esse ofício levava em conta uma questão nacional, dessa forma atingia um quadro mais amplo de conhecimento e pesquisa, enquanto no Brasil se via um modelo regionalista e que de certa forma migravam na ideia de uma história nacional.

“Assim, é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de forma sistematizada.” (Guimarães, 1988, p.6)

Desta feita teremos a criação em 1838 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que vai sistematizar e dar corpo à formação da história nacional.

Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. (Guimarães, 1988, p.6)

A construção da ideia de nação brasileira, estava extremante fincada nos princípios portugueses de civilização, acreditamos que as condições para se desenvolver uma história nacional extremante solida e dissoluta do pensamento português para essa época se tornaria quase que impossível na medida que a parte pensante e intelectual dessa época era oriunda da nação europeia.

No entanto havia algumas indiferenças, o estado passava a ter vez, uma vez que nesse novo modelo de trabalhar a história, a Nação e o Estado passam a ter uma uniformidade dentro do contexto histórico nacional, enquanto que no modelo europeu nação e estado se distanciavam dentro de uma hierarquia de poder e domínio. Porém o que se buscava nesse momento era uma identidade para a nação brasileira a qual ainda tinha suas raízes fincadas em Portugal.

Nesse momento de mudanças uma nova cara vai se moldando para que de fato se tenha uma nação, nesse novo jeito de se ver as mudanças sociais uma parte de toda a comunidade vai ficar excluída, apenas quem correspondia ao padrão de civilização almejado vai se encaixar dentro desse novo espaço criado como estado uniforme. Com isso negros e índios, os quais ainda somavam-se em grande número dentro desses potentados estaduais distintos, que agora passam a ser um só como nação, vão ficar excluídos por conta de serem considerados como inferiores, julgados pelo próprio meio como incapazes de viver em sociedade. A historiografia do século XIX vai ser marcada por uma forte preocupação em traçar um perfil e uma gênese para a nacionalidade

brasileira⁴, sempre tentando evitar as rupturas já que o instituto se preocupava em manter uma soberania da unidade nacional.

Guimarães (1988, p.9) nos mostra “como traço marcante desta história nacional em construção, teremos o papel do Estado Nacional como o eixo central a partir do qual se lê a história do Brasil, produzida nos círculos restritos da elite letrada imperial.”

A elite letrada era quem detinha o poder da escrita, em um momento tão conturbado da história brasileira e ao mesmo tempo com tantas novidades, a inclusão de alguns partes dessa sociedade que se desenvolvia acabou que por ficar a margem da escrita dessa nacionalidade criada nesses discursos.

A historiografia se baseia num momento de universalidade e formação de uma identidade nacional que busca em meio às divergências e agora apoiada em um poder monárquico central, moldar uma história nacional que busca dar cara e corpo ao Brasil como nação.

Se uma inter-relação entre Estado e produção do discurso historiográfico no Brasil no século XIX já se fazia sentir desde a fundação do IHGB, tal dinâmica tenderá a assumir formas mais claras e diretas a partir de 1849-50, coincidindo com a estabilização do poder central monárquico e de seu projeto político centralizador, Escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para a qual se concentram os esforços do Instituto Histórico. (Guimarães, 1988, p.10)

O IHGB passa a se preocupar com uma história uniforme e soberana, desta feita excludente aos nativos mas que, no entanto, vê a sua necessidade dentro dos estudos etnológicos para um melhor entendimento do Brasil como Nação.

“[...] o projeto de história nacional deveria dar conta da totalidade, construindo a Nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos.” (Guimarães, 1988, p.16)

Esse modelo não é assumido por acaso. O fazer dessa nova história agora circunda todo um aparato baseado em uma sociedade letrada que visa uma melhor apresentação desse “espírito nacional”⁵, essa imagética tende a ser cada vez mais forte ao passo que tanto se necessitava como a mesma era desenvolvida e amparada por um

⁴ Gomes, 1996. A autora em seu livro História e Historiadores, busca por meio do discurso historiográfico apresentar esse desejo da construção de um perfil nacional.

⁵ A ideia de uma homogeneidade era o fator principal desse discurso, a questão principal era formar um discurso sólido e legitimador do conceito de nação almejado.

setor excludente dessa nova sociedade, os quais não aceitariam certos impugnos⁶ como fazedores dessa história.

Um dos fatos que nos mostra esse modelo excludente do conceito de história nacional são os próprios nativos brasileiros. Os mesmos estiveram e estavam presentes desde a chegada dos portugueses em 1500, no entanto muitas mudanças ocorreram até o século XIX onde de certa forma passaram um longo período esquecidos em meio a esse desejo e essa necessidade de uma história nacional mas que, no entanto, os mesmos exerceram um papel importante em meio a esse embate teórico que por muito foi mais físico do que intelectual, ao passo que por muito tempo estes foram os que mais resistiram a implantação portuguesa de civilização. A partir de 1851 ocorreram algumas mudanças nas áreas de estudo do IHGB que permitiram e acima disso viram a necessidade de estudar e pesquisar a vida e a participação dos indígenas como parte desse todo, e dessa feita dando o legítimo lugar destes na história brasileira.

1.2 - Os Institutos Históricos e a História Nacional

Dentro de todo esse quadro discursivo criado em meados do século XIX, ainda vamos nos deparar com outras divisões geradas por este novo rumo de pesquisas. Várias outras regiões vão nesse compasso criando seus Institutos, Na Paraíba foi fundado em 1905 o IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano), o qual como se havia feito antes no campo nacional, buscava dar uma cara e uma origem a este local chamado Paraíba, o que era ser Paraibano? Dentre várias imagens criadas como povo forte e trabalhador serviu para reforçar as culturas locais que fazem parte desse todo chamado Brasil, a preocupação era sistematizar, preservar e difundir cada vez mais esse conhecimento local.

Esse desenvolvimento histórico teve um compasso diferente por conta do próprio desenvolvimento humano do espaço o qual se chama Brasil, as relações de crescimento se deram de diferentes formas, isso variava de acordo como as regiões iam sendo ocupadas, o que também vai mostrando claramente a importância dada a certas pessoas e o seu destaque em meio ao ambiente social.

⁶ Contraria, discórdia. Consultado em https://www.google.com.br/search?q=impugnos&rlz=1C1SAVM_enBR644BR645&oq=impugnos&aqs=chrome..69i57.6051j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8 06/09/2017.

Dias (1996, p22) comenta “Num Estado onde os grandes órgãos públicos servem como possibilidade de exercitar o clientelismo dos políticos tradicionais e numa época em que o estado autorizava ou não a permanência das pessoas por ele consideradas “nocivas” à sociedade, [...]”

O ambiente onde se desenvolviam essas pesquisas no caso paraibano estava cercado por uma influência com rumores políticos que por sua vez ditava o ritmo de quais objetos de estudo se podia falar. A difusão do conhecimento e da ideia de paraibanidade que surgia nesse momento levava todos a uma reflexão mais centrada do que se podia explicar a respeito desse sentimento regionalista que nesse momento tornava-se mais forte e que ao mesmo tempo se concentrava em uma questão nacional.

A historiografia paraibana, expressa claramente as ideias de Gomes, 1996, ora era identificada como uma produção de uma parte letrada da sociedade a qual sempre esteve ligada aos dominantes políticos que estavam presentes nessa escrita, seus nomes e suas benfeitorias estavam nos registros historiográficos iniciais, como se estes fossem por si só os agentes de todas estas transformações, sendo de cunho de novas pesquisas esta desmistificação e a retirada de certos semblantes heroicos, os quais haviam sido mistificados em sua época por caprichos ou interesses locais.

Uma característica do século XIX foi a preocupação com as fontes primárias, o que levou muitos historiadores a pesquisar nos arquivos nacionais e estrangeiros sobre a verdadeira relevância de alguns documentos. De início o que o IHGP buscava era a legitimidade das fontes e seu verdadeiro valor para a solidez da história paraibana assim como a história nacional que se desenhava pelo IHGB. Portanto havia uma necessidade de formular uma história paraibana, a qual só foi possível em 1905 com a fundação do IHGP e devido à passagem de Monarquia a República.

A República em seu florescer trouxe essa necessidade de uma identidade pra só através dela poder se falar em uma nação. Era preciso ter como se respaldar e isso só seria possível através da historiografia, pois esta seria o alicerce para se criar uma imagem de nação.

Os fundadores do IHGP colocaram-se a si próprios como marco histórico, construindo a única ruptura permitida nessa historiografia e a mais importante: a passagem de uma Paraíba sem história para uma Paraíba com história e escrita pelos paraibanos (Dias, 1996, p.36)

Essa ruptura foi aceita pela necessidade de ter uma imagem forte do estado, não seria possível desenvolver uma historiografia sem que se tivesse a consciência de que não se tinha uma de fato. Essa aceitação comprova de vez uma separação do velho com o novo, todo esse sentimento expresso pelos letrados em fazer uma história sólida e rica em detalhes, partia do ponto de vista do novo.

Um debate que, buscava entender e resolver o grande problema do nosso “atraso”, apontava para a necessidade de investigar suas causas “de origem”, para que então se realizasse um grande projeto de “modernização” do país. A chamada República “Velha”, portanto, foi um “tempo” de intensa busca de modernidade(s), que não era singular, mas plural, pois diferentes e concorrentes eram os projetos de modernização. (Gomes, 2009, p.21)

Nesse momento a necessidade de uma história sólida, partia do princípio de uma cientificidade, a história seria agora uma ciência ou simples teorias? O mais importante é que esta busca pelo novo fez desenvolver uma área de estudo antes não explorada no que se dizia respeito a ideia de nação, não se tinha um projeto nacional antes disso. A partir desse momento vamos perceber que a modernidade tão desejada foi buscar no “velho” justificativas para sustenta-la como forte e “nova”, essa vontade de se fazer uma história nacional, despertou olhares novos em vários setores de pesquisa tanto rotineira como acadêmicas e isto levou a um enriquecimento textual e teórico que facilitou o desenvolvimento de algumas universidades,

“[...] a escrita da história que se realizava sob o impacto das lutas políticas e simbólicas do início da República é fundamental e decisiva para a constituição do campo da historiografia brasileira.” (Gomes, 2009, 23)

As lutas para estes acontecimentos são as mesmas em todo o país. A nova escrita que buscava formular como lema principal uma nação forte e ajustada em princípios próprios, começou a ser desenvolvida por uma classe minúscula que de antemão tentou implementar em seus escritos os fatos mais relevantes e os nomes mais importantes desse novo discurso. No entanto em meio as pesquisas desenvolvidas enxergaram a necessidade de outros agentes históricos presentes nesse contexto os quais não poderiam ficar de fora, os nativos também eram parte importante, firmados nessas terras muito antes da chegada dos portugueses foram quase que dizimados pela atrocidade dos colonizadores, mas que pela sorte dos sobreviventes marcaram suas presenças nesse contexto histórico, assim como muito negros trazidos da África que ao se miscigenar formaram famílias e assim deram caras a um Brasil tão múltiplo.

A Abolição e a República impactaram profundamente o processo de construção da identidade nacional brasileira, até porque apenas depois desses eventos foi possível “imaginar” a existência de uma nação constituída por um “povo”, ou seja, integrada juridicamente por homens livres. (Gomes, 2009, p.24)

A República traz consigo a ideia do novo, a nação é constituída pelo povo que no caso brasileiro antes dela não se havia uma homogeneidade racial. A diversidade cultural existente podemos dizer até hoje é imensa, de imediato os letrados da época fugiram um pouco dessa ideia de nação na medida que visaram certos “heróis” como bem feitores gerais da nação, somente um bom tempo depois é que a historiografia conseguiu inserir essas diversidades no contexto geral da nação brasileira. Assim como na Paraíba, cada região passou por um processo letrado diferente, a necessidade de grandes heróis atrapalhou por muito uma história homogênea o que acreditamos difícil até hoje pela própria diversidade tanto cultural, como do ponto de vista do interesse em dá nomes e importância a determinados fatos insólitos.

Evidentemente, a construção de narrativas históricas sobre o passado da nação e a mobilização de estratégias para sua divulgação abarcavam múltiplas disputas, desde aquelas referentes a posições de reconhecimento e poder no campo intelectual e político até as que se referiam às “definições” e concepções de história. (Gomes, 2009, p.27)

Os historiadores agora tinham motivos reais e diplomáticos para o desenvolvimento de suas pesquisas, o trabalho do historiador evidentemente ganha graus elevados de aceitação nesse momento da história brasileira, o que vai acarretar em muitas disputas tanto no campo intelectual como político, todos queriam desenvolver uma melhor pesquisa, assim como todos almejavam cargos elevados e renomados dentro do habitat social.

As disputas políticas e intelectuais foram favoráveis para a história nacional recente do Brasil, todo esse embate intelectual fez com que o campo de estudos e descobertas aumentasse, levando o enriquecimento textual, e profissionalizando boa parte dos interessados no conhecimento, quem ganhou com esta disputa por um certo “poder” foi a historiografia nacional que em meio a um cenário antes pouco desenvolvido acabou por desenvolver um vasto campo de estudos.

O IHGB em seus primeiros anos de pesquisa foi respaldado pelo poder central o qual lhe garantiu sobrevivência nos primeiros anos de trabalho. Não muito diferente, o IHGP também teve o apoio do Estado o qual lhe serviu como base para o seu desenvolvimento. Criados para fins diplomáticos, os Institutos Históricos tiveram suas

vidas regradas pelo poder central que por muito causou os embates que discutimos acima, mesmo assim sua fundação foi de extrema importância para o desenvolvimento intelectual de toda a nação.

Observa-se que o Instituto Histórico, desde sua criação, mantém uma ligação íntima com o Estado como fornecedor de toda a infraestrutura necessária para sua instalação e implementação dos seus objetivos. Favorecimentos concedidos desde o espaço físico até as subvenções mensais que lhe dava condições para o procedimento de todas as tarefas vinculadas à pesquisa histórica e geográfica como visita a localidade, organização das fontes históricas e o mais importante, a publicação da Revista. Com isso, o Estado garante, até a fundação da UFPB, ao IHGP a condição de único foco de produção da história paraibana. (Dias, 1996, p.38)

A história dos primeiros anos do IHGP foi marcada fortemente pela presença do Estado, esse interesse vinculava a um domínio intelectual, já que o Estado nesse momento era o detentor do desenvolvimento letrado da época. Somente com a fundação dos centros universitários é que esse domínio vai diminuindo, no entanto apesar de centralizador o Estado foi muito importante por dar total alicerce aos desenvolver das primeiras pesquisas historiográficas, foi graças a esse incentivo maculado que tanto o estado da Paraíba como todo o Brasil tiveram um princípio letrado de pesquisas históricas.

Gomes, 1996, nos mostra que essa história regrada e limitada a grandes fatos ou heróis foi desenvolvida em todo o país, dentro do Estado ela aparece nitidamente na figura de grandes heróis como sendo por si só os detentores do desenvolvimento de certas regiões. Isso são construções baseadas na necessidade de um agente norteador em meio ao fato, havia a necessidade de nomear alguém para reforçar o fato. O estado da Paraíba tem sua história marcada pelo desbravamento e pela interiorização dos colonos portugueses que naquelas terras adentraram com um intuito de descobrirem riquezas e de desenvolver vielas e povoados pra o melhor fluxo das mercadorias encontradas no interior do país.

Neste ponto, esbarramos na cidade de Sousa no interior da Paraíba a qual em seus primeiros suspiros históricos fez parte deste desenrolar discursivo. A história da cidade segue em um mesmo nível de desenvolvimento os quais foram relatados pelos Institutos Históricos, toda a pesquisa e textos escritos sobre seu habitar, expressam partes claras de um fazer história que visava apenas os grandes agentes como principais e inabaláveis em suas contribuições para o desenvolvimento de suas regiões de domínio.

O Instituto Histórico marcou fortemente as primeiras linhas da história nacional, desse mesmo modo ocorreu dentro dos estados, a necessidade de atribuir nomes aos fatos fez com que por muito tempo o Estado tivesse sob o domínio dos agentes históricos. As questões iniciais para a contemplação dos fatos que levaram a vida em sociedade eram as mesmas que circundavam toda a nação - a importância de alguns elementos como agentes da história; a contemplação de alguns por muito foi a obscuridade de outros. Indígenas e os escravos por muito tempo foram apagados das linhas da história por agentes superiores, ao afirmarem que os mesmos não tinham relevância dentro das pesquisas. Demorou muito para que enxergasse a relevante participação desses povos como agentes ativos de toda a história nacional, os mesmos sempre estiveram presentes apesar de não aparecer nos debates.

Essa máscara serviu para o Estado encobrir o braço forte do desenvolvimento de todo o país, pois eram estes que trabalhavam nas construções, das pequenas vilas e dos grandes centros sociais que já se desenvolviam em meados do século XIX essas figuras convivem na obscuridade servindo apenas como mercadoria. Somente anos à frente com a ideia e a consolidação de que o Brasil é formado pelas três raças é que essa desvalorização vai acabar e dar espaço a miscigenação que por muito foi considerada como um mal necessário a este período.

No entanto, o que vemos na cidade de Sousa é mais um factual desse desenvolvimento histórico intelectual do século XIX, a valorização e a necessidade de grandes nomes também vai nortear a historiografia da cidade como também dar lugar e identificação, a história da cidade passa pela mão de agentes insolados que aparecem como salvadores do povo. A necessidade de atribuir nomes aos grandes eventos foi a principal característica de se fazer história antes e durante a vida dos Institutos Históricos, modelo esse que só mudou anos à frente com o fortalecimento das universidades em todo o país e o entendimento e a comprovação do valor da história como sendo científica e de possível legitimidade. A historiografia encontrada sobre a cidade de Sousa norteia esse mesmo ambiente elitista, grades nomes, grandes fatos, ela brota da mesma semente que fecundou os institutos.

Capítulo II

O Princípio Formador; De vila à Cidade, Sousa.

2.1 - A história local

Com a revolução epistemológica desencadeada pela Escola dos Annales, a partir de 1929, e que teve seu auge nos anos de 1960-1989, com a chamada terceira geração dos Annales, as cidades passaram a ser vistas como objetos de pesquisa histórica por comportarem nelas as mais variadas manifestações do espírito e da engenhosidade humanas. (SOUSA, 2010, p. 7).

Desse ponto de vista, as cidades compõem além de centros humanos e relações comerciais, um emaranhado de culturas possíveis de serem estudadas e discutidas por meio de vários pontos de vista, levando em conta seu conjunto estruturante e uniforme chamado, cidade. Portanto, para o tópico acima partiremos do ponto de vista da historiografia.

A historiografia como um instrumento de registro e discurso de muitos intelectuais, passa a deixar em muitos momentos algumas lacunas que nos dão o entender e a necessidade de buscar a resposta para esses pequenos acontecimentos deixados as margens da história, e que podem dizer muito a respeito de registros de regiões antes esquecidas. Com isso, vemos a necessidade de buscar nessas entre linhas mais uma vez a história da cidade de Sousa, por muito tempo se tem discutido a origem da cidade por meio de uma obra em particular, “Antes Que Ninguém Conte” de Julieta Pordeus Gadelha, publicada em 1986.

Por meio de todas as versões escritas e reescritas, críticas e demais, percebemos que muitos beberam na obra de Gadelha (1986). Temos livros como Além do Rio (2006); O velho Arraial de Piranhas (2004); Cidades e Experiências Modernas (2010). Todas essas obras têm um pouco do trabalho de Gadelha e dos documentos mais antigos usados pela mesma. Com isso, buscamos através da historiografia uma pesquisa mais regional, sempre tentando alinhar os fatos sem fugir ao tema como também melhor discutir o período proposto por nós de 1730 a 1854. Deste modo a historiografia apresenta poucas versões que questionem seu trabalho, logo a obra é pouco discutida no que diz respeito ao desenvolvimento local, por não haver maiores indagações.

Sousa, cidade do interior da Paraíba não deixa de fazer parte do contexto regional e mesmo nacional. O ano de 1730 é mais um do século XVIII que por muito demorou pra sair da cabeça desse país chamado Brasil. Nesse período emergem muitos

conflitos políticos em busca de uma democracia e de se ver livre do império Português, que há muito assolava nossas riquezas e negava esse povo⁷.

A necessidade e a emergência com que os europeus buscavam riquezas no Brasil fez com que tudo e todos tirassem seu proveito, como de imediato as regiões litorâneas foram as primeiras a serem ocupadas. No entanto a busca cada vez maior por terras e posses fez com que as investidas dos colonizadores e desbravadores se guiassem agora não só mais pra os lugares abastados e com muita água, mais sim a adentrarem sertão a fora.

O sertão do nordeste passa a ter um valor no meio dessa busca por terras, o litoral por meados do século XVIII já não suportava tanta gente e os rebanhos trazidos da Europa para servirem de mantimentos para os moradores locais. Com isso partem os desbravadores em busca de um meio comum a todos e que pudesse além de ser solução para esse problema emergente, fosse a saída para muitos que ainda sonhavam em acumular riquezas no novo mundo.

Ao longo de todo o século XVIII o clima foi de desbravamento e colonização no interior do nordeste, com isso grandes fazendas são fundadas fazendo com que muitas regiões ganhem destaque pela sua economia em desenvolvimento, muitos desbravadores ganharam destaque pela sua riqueza e com isso eles passaram a ser as elites e referências locais criando certos monopólios do poder e um discurso sobre o que era certo e errado como já afirmava Seixas (2004), sobre a condição de autoridade que esses proprietários de terras assumiam, nasce o que mais tarde viria a ser o perfil dos políticos de então, o coronelismo.

As formas políticas iniciais do pequeno povoado de 1732 encontradas nos primeiros relatos, se desenvolvem sob a ótica desses grandes fazendeiros, vale também salientar a disputa por terras e prestígio que esses grandes fazendeiros se submetiam para garantirem seu lugar social diante da coroa portuguesa. As leis ainda não haviam sido formuladas nesse período, ficando todas as vilas do sertão nordestino, a mercê dos jugos impostos pela coroa portuguesa, mas o que se sabe é que muitos casos de abusos,

⁷ Portugal como uma das nações europeias já bastante desenvolvida buscou na colonização extrair o máximo de riqueza possível. PINTO, 2008.

roubos e determinados crimes não chegavam ao conhecimento das autoridades portuguesas, sendo estes julgados pelos coronéis⁸.

A política do Brasil colonial se desenvolve sob esse sentimento de posse desses grandes senhores, ainda que em tempos contemporâneos, esses agrupamentos criados por eles mais pareciam com feudos do que mesmo com fazendas de trabalho livre. O negro ainda era considerado como mercadoria e objeto de uso para o trabalho pesado. Portanto, as primeiras formas políticas desse período tinham mais um sentimento dominador “coronelista” do que mesmo patriótico ou republicano.

A religião, bem se sabe que essa é um dos pontos mais fortes quando falamos de colonização, pois era através da mesma que se fazia o domínio dos nativos, sabemos que além do que aconteceu na América Latina também ocorreu em igual proporção na África, Ásia e Oceania. Todos esses continentes tiveram uma colonização em primeiro grau, catequista, ou seja, sobre todo o desejo de conquista e domínio dos mais fracos o catolicismo vinha sendo colocado como uma das principais coisas a serem feitas com esses povos nativos desprovidos de conhecimento, conhecimento esse cristão, pois era esse que tinha valor para os colonizadores, temos que entender que os nativos tinham seus rituais e suas divindades.

No interior do Nordeste⁹ não foi diferente, a falta de conhecimento desses povos nativos que aqui habitavam e a necessidade que cabia aos colonizadores de catequisar os nativos em nome do cristianismo, acabou fazendo que mais tarde isso viesse a ser de fato a principal religião dessa região.

A religião também se tornou um dos pilares da sociedade sertaneja, reunida em torno da capela de seus santos padroeiros, ainda hoje festejados como acontece com Santo Antônio, no mês de junho em Piancó, Nossa Senhora da Guia, no mês de setembro em Patos e Nossa Senhora do Rosário, também todos os anos em outubro em Pombal. Não raro, como em Santa Luzia, esses oragos ensejam cruzeiros onde celebram promessas e devoções na parte mais alta da povoação. Isso aconteceu porque, por toda parte, o terço do missionário seguiu o trabuco do conquistador. (MELO, 2009, p.79)

⁸ Consultar em; Seixas, 2004.

⁹ Região que se constitui dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Território de Fernando de Noronha. O termo aparece aqui apenas como delimitação territorial, e não como uma forma de identidade.
https://www.google.com.br/search?rlz=1C2SAVM_enBR644BR644&dcr=0&source=hp&q=o+que+significa+nordeste&oq=o+que+significa+nordeste&gs_l=psy-ab.1.0.0j0i22i30k113.4889.10636.0.14233.24.24.0.0.0.261.3443.0j19j2.21.0....0...1.1.64.psy-ab..3.21.3443...0i131k1.HGz81GRFQoQ Consultado em 06/09/2017.

Melo, 2009, expõe notoriamente bem o que aconteceu com os povos que ainda hoje compõem nossas cidades do interior sertanejo, o peso com o qual as formas religiosas europeias foram colocadas sobre os sertanejos firmou e está firme até hoje em suas formas de agir e pensar, muito se sabe a respeito da igreja católica, porém muito pouco se fala sobre tal desejo de fazer um mundo cristão. As formas pelas quais o povo foi submetido pelos seus colonizadores e seus missionários levaram e levam, até hoje seu destino religioso que quase em um todo ainda é o cristianismo.

A igreja nesse período teve um papel fundamental de participação na mudança dessa região e de boa parte do mundo, pulso do conquistador por muito guiou estes povos em rumos pelos quais eles nem sonhavam onde podiam chegar, porém e por meio dizer a religião¹⁰ foi instrumento de muita força em meio aos sucessivos projetos de colonização.

A principal meta pela qual o sertão foi colonizado em fins do século XVII, foi pela emergência dos habitantes do litoral de encontrar um meio pelo qual fosse possível continuar com a criação do gado trazido da Europa. O sertão visto como saída para os problemas de superlotação existentes nas regiões litorâneas, com isso os fazendeiros a aqueles que ainda sonhavam em acumular riquezas no novo mundo, partiram em busca do interior.

O gado foi trazido para o sertão com muito sufoco, de início as primeiras formas econômicas que surgiam por aqui, foram a criação de gado em pequenas plantações em fazendas que mais tarde viriam a se tornar vilas e até mesmo cidades. Os animais agora criados nessa região, serviam de alimento para a população do litoral, nesse período já se tem uma forte relação comercial que necessitava muito desse sistema pastoril para a sobrevivência. É aí onde surge a carne de charque, a mesma era bastante salgada para só assim aguentar muitos dias de viagem, sem estragar.

O sertão passa a ter uma importância para as demais regiões da Paraíba, com isso novas formas de empreendimento surgem nessa região. A criação de gado se torna o ponto forte do desenvolvimento dessa região, porém mais tarde no início do século XIX o algodão e um pouco de plantações de cana-de-açúcar, se estendem sobre todo o sertão paraibano. A economia se desenvolve sobre os grandes latifúndios formados por

¹⁰ O cristianismo, foi fortemente implantado pelos Portugueses em todo o Brasil colonial. PINTO, 2008.

os grandes donos de terras aqui instalados com a intenção de movimentar as riquezas da região.

2.2 - Uma historiografia sousense

No que se diz respeito aos meios de desenvolvimento da região sertaneja da Paraíba, as primeiras posições de ocupação foram designadas aos grandes latifundiários. A partir desse momento, vê-se em todo o interior uma acumulação de terras e uma criação de gado que passa a dar um lugar de desenvolvimento a esta região.

Os grandes latifundiários, que constituíram as primeiras fazendas, com o sertanista Sargento-mor Antônio José da Cunha, em 1691, que tinha mais de 1.500 cabeças de gado vacum e cavalar, povoando as terras às margens do Rio do Peixe Piranhas e reivindicando sesmarias, depois de tremendos combates com índios Ico-pequeno, foram: Luis Quaresma Dourado - Poço de Pedras; Custódio de Oliveira - Chabocão; Theodósio Alves de Figueiredo - Serra do Comissário; Manoel de Oliveira Ledo – Bom Sucesso, Araçás e Cais; Capitão Basílio Seixas – São Gonçalo. (PINTO, 2008, p.41)

Pinto (2008), coloca bem claro as regiões que primeiro se desenvolvem, como já havia sido comentado as formas iniciais de ocupação se deram por meio da criação de gado para manutenção dos povos da região litorânea, que por muito se manteve alimentada pelas fazendas sertanejas.

Como o tema urbanismo será trabalhado no Brasil somente em 1950, nesse pequeno trecho resolvemos falar de um princípio de urbanização, pois mesmo sendo um tema moderno não se encontra outro que explique melhor sobre a massificação popular do interior da Paraíba. Para melhor situar o que acontece no sertão do século XVIII é um vasto processo de ocupação e um uso da terra que vão mais tarde proporcionar a formação de vilas e cidades no século XIX.

Partindo do ponto de um princípio formador de cidades vamos notando que várias regiões “surgem simultaneamente”¹¹, mais que somente algumas vão ter as condições de se tornarem vilas e cidades futuramente. Leme (2001) já destacava o fato de algumas cidades apesar de similares terem graus de desenvolvimento diferentes, isso se dá por meio das relações comerciais e o favorecimento de vias de ligação que algumas cidades dispõem.

¹¹ Sousa, Pombal, Patos e Campina Grande, são simultâneas no que diz respeito a formação de um convívio social.

Levando em consideração os desníveis de desenvolvimento, a cidade de Sousa foi favorecida por concentrar um impulso maior de latifundiários e de habitantes, o que propiciou um rápido desenvolvimento humano e pastoril, a agricultura também dava seus ensaios para complementar a alavanca motriz desse princípio urbano.

Segundo Gadelha (1986), Bento Freire de Sousa, um dos fazendeiros dessa região, foi quem pleiteou junto a Casa da Torre da Bahia, uma sesmaria em nome do Patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios com a missão de construir uma capela para legitimar o povoado que se desenvolvia em sua fazenda, chamada Jardim do Rio do Peixe.

Essas relações de poder e domínio de terras variaram de região a região, foram muitas doações de sesmarias, como colocamos anteriormente em uma citação de Pinto (2008), foram vários os personagens de histórias marcantes em determinadas áreas do sertão.

Sousa, por meio dessa atividade e dominação determinista que fez Bento Freire, pode mais tarde vir a se tornar cidade graças ao manejo e trabalho dessas terras tão férteis, no entanto desprovidas de chuvas. Em meio a toda essa necessidade de se acumular riquezas e gente para a trabalho da terra e os animais, vai se formando um conglomerado de gente que aos poucos vai se transformando em vila e mais tarde em cidade. Esse trabalho é decorrente de muita luta e gosto pela terra encontrado na figura de Bento Freire de Sousa.

No entanto, para que a cidade chegasse a esse grau de desenvolvimento foi necessário o empenho de muitas forças massificadas e propensas ao mesmo nível de reconhecimento. A principal questão é que muitos lutaram por motivos semelhantes, mas como sempre em toda historiografia tende-se a fazer da figura de um indivíduo o agente principal da trama histórica.

A Bento Freire foi atribuído o papel de detentor de grande parte do território do que hoje vem ser a cidade de Sousa. As terras que formavam esta sesmaria por muito foi palco de disputa até que, por volta de 1730, elas passam a compor o patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios, o qual foi requisitado e adquirido por Bento Freire em pedido para construir uma capela a favor da sua devoção a Nossa Senhora dos Remédios. No entanto, este processo para a total completude ainda percorreu longos

anos, até que, em 1760, Bento Freire obtém a sentença que o torna de fato o proprietário das terras que compunham a Vila Nova de Sousa, como era chamada.

Em 1765, o já cansado Bento Freire de Sousa pediu seu próprio afastamento do comando das terras, pois ao contrário do que muitos pensam a sesmaria a ele doada o tornava apenas um administrador, e que o verdadeiro dono do patrimônio é a Igreja Católica, ressaltando que as suas decisões enquanto ele estava à frente do patrimônio eram acatadas com toda a ordem requerida na época.

A luta por um melhoramento do então povoado, que já contava com uma população bem abrangente, continuou a mercê de grandes nomes. José Gomes de Sá, homem que não parava de trabalhar para enaltecer cada vez mais seu respaldo entre os grandes capitães desta província comandada pela Casa da Torre da Bahia¹², continuou seu trabalho nesta região.

O domínio financeiro de José Gomes de Sá mudou-o de sesmeiro para a pessoa mais influente e poderosa da região. Não havia partidos políticos, mas o político forte era o que tinha palavra, firmes eram as suas atitudes e decisões, resolvendo por si o que entendesse, mandando fazer o que achasse bom e certo, não importando desagradar a A ou a B, aqui e acolá, valendo somente a força da sua palavra, a coragem nas realizações. Da condição de amparado pela Casa da Torre, o sesmeiro José Gomes de Sá passou a ser um dos maiores senhores de terras, cujas propriedades atingiam quase todo o território de Sousa, Pombal, Coremas e São José da Lagoa Tapada, domínio esse que lhe valeu a projeção política já confirmada no título de Capitão-Mor, com a primazia de chefiar o povo de Sousa. (GADELHA, 1986, p.16).

O abrangente domínio deste Capitão-Mor chegou a tanto que, para uma leitura aprofundada, diríamos que foi ele o grande mentor ideológico do futuro desta região, que por muito se desenvolveu aos seus comandos, e que a política chegou através dele, mesmo que de forma aleatória, pois na obra não contém projetos do mesmo. Este português criou raízes e aumentou sua família, levando cada vez mais seu nome aos cantos dessa região.

¹² A construção do Castelo foi concluída por Francisco Garcia D'Ávila, herdeiro e neto de D'Ávila, em 1624. A antiga construção portuguesa está situada a 70m acima do nível do mar, distando 2,5Km da praia e 3 Km da Vila dos Pescadores de Praia do Forte.

A Casa da Torre foi a unidade central de uma sesmaria por quase trezentos anos, e compreendia áreas desde Salvador até o atual estado do Maranhão, o que correspondia a 800.000Km², ou seja, 1/10 da área total de nosso país. As terras serviam como grandes pastagens de gado, provenientes da Índia, e como áreas para cultivo do coco (*Cocos nucifera*), espécie introduzida no Brasil em 1553, originária também da Índia. (Página do site da Fundação Garcia D'Ávila - [28](https://www.google.com.br/search?rlz=1C2SAVM_enBR644BR644&dcr=0&q=a+casa+da+torre+da+bahia&oq=a+casa+da+torre+da+bahia&gs_l=psy-ab.3...959324.968448.0.970790.47.29.0.0.0.361.4031.0j11j4j4.19.0...0...1.1.64.psy-ab..30.4.1126...0j0i22i30k1j0i131k1j0i67k1.Y-B6Y16YT84, consultado em 06/19/2017).</p>
</div>
<div data-bbox=)

Ao contrário do que muito se fala na figura de Bento Freire como autor e homenageado da história da cidade de Sousa, à medida que são discutidos os fatos vemos que nem tudo está de acordo com os textos. A grande inquietação desta trama discursiva mostra que muitos fizeram parte dessa história e ainda o fazem. O valor atribuído a muitos desses personagens acaba que por escamotear fatos e fatores de uma história. Ao passo de cada leitura vemos que cada valor atribuído nem sempre está de acordo com o contexto discutido, e como também o historiador está a todo tempo mudando os rumos da história à medida que dita fatos e eventos como fundamentais a certos episódios do passado.

Segundo a obra *Antes que ninguém conte* (1986) José Gomes de Sá como grande detentor de terras e com tanto poder, criou uma família tradicional, chegando à quinta geração de homens que carregaram seu nome, o que mais na frente em 1889 e a partir daí ganharia o nome de coronelismo¹³. É verdade que a época não permitia um melhor assentamento dessa palavra, mas o fato é que as raízes tradicionais destes eventos surgiram desde muito cedo como acabamos de analisar.

Família tradicional que lutava pelos interesses da terra, acabou que por despertar a atenção de muitos desgarrados opositores para eventuais conflitos. Em 1817¹⁴, acreditando mudar o rumo das coisas, muitos partiram em apoio aos revolucionários em Pernambuco.

O pe. Luiz José Correia de Sá assumiu a chefia revolucionária em Sousa e seu filho, sargento-mor de cavalaria Francisco Antônio Correia de Sá, conseguiu levantar um exército de 1.010 homens, partindo para ajudar as tropas revolucionárias do Ceará. As contra-revoluções, no entanto, desmantelaram-lhe o exército, e os dois – pe. Luiz e seu filho – foram presos pelas forças oficiais. (GADELHA, 1986, p.17).

Os movimentos gerados pelas revoltas acabaram que, além de levar o terror e os conflitos armados, exaltando muitos nomes como bem feitores e protetores da terra, O

¹³ O termo coronel no período republicano significava chefe político de um determinado local que geralmente era dono de terras ou comerciante. Da forma com que prestavam serviços ao Poder Executivo os coronéis ganhavam prestígio e força. (<http://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/coronelismo-no-brasil.htm>, consultado em 01/11/2014).

¹⁴ A chamada **Revolução Pernambucana**, também conhecida como **Revolução dos Padres**, foi um movimento emancipacionista que eclodiu em **6 de março** de **1817**, na então Província de **Pernambuco**, no **Brasil**. Dentre as suas causas, destacam-se: a crise econômica regional, o **absolutismo** monárquico **português** e a influência das idéias **Iluministas**, propagadas pelas sociedades **maçônicas**. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Pernambucana, consultado em 01/11/2014).

pe. Luiz José Correia de Sá e seu filho Francisco Antônio Correia de Sá acabam ficando conhecidos como heróis de Sousa e ressaltando a tradição da família citada antes, o pe. Luiz José Correia de Sá era da terceira geração de José Gomes de Sá. Homens de valores e costumes semelhantes, porém de escolhas distintas fizeram parte desse contexto histórico.

“Os sousenses que estavam marcados por um sinal invisível de heroísmo, retornando à sua terra, encontravam-se no aconchego dos familiares mais íntimos. Amigos e parentes estavam arredios, temerosos diante dos insucessos do movimento de Pernambuco, porisso [sic] afastados do Pe. Luiz, atitude essa que veio favorecer o Pe. Cláudio Álvares da Costa que conseguiu segurar as rédeas políticas do município, apoiado pelos extremistas de São João do Rio do Peixe, inimigos da família Gomes de Sá, os Dantas Rotéia.” (GADELHA, 1986, 19).

A disputa por poder travada entre famílias da época era muito comum. Outro fator impressionante é o fato de muitas dessas desavenças adquirirem um aspecto bastante hostil entre os cabíveis de poder. Essas formas de busca pelo poder travadas entre essas gerações de capitães e grandes senhores, acabam que por criar grupos políticos já de muito cedo imbuídos em uma luta por seus ideais e valores que mais tarde ganhariam força e nome.

Os Dantas Rotéia ainda iriam provocar pavor e temor neste povo do sertão:

“O ponto culminante da chamada “Rusga dos Dantas” foi a invasão da Vila de Sousa, onde os assaltantes cometeram as maiores atrocidades. Ainda há quem lembre que o sangue derramado deu coloração diferente às águas do Rio do Peixe... Os contendores lutaram encarniçadamente mas foi, por fim, levado o plano dos Dantas Rotéia que, infelizmente não ficou só no massacre dos seus inimigos políticos porque, se isso convinha aos seus interesses partidários, aos seus asseclas o que mais interessava era o saque impiedoso, na voracidade dos bandoleiros. O assalto ao patrimônio alheio foi tão sequioso que os malfeitores da empreitada sinistra, foram à Matriz e saquearam o “cofre dos ausentes” de onde tiraram as jóias ali depositadas”. (Deusdedit Leitão, discurso citado por GADELHA, 1986, 22).

Apesar da intervenção do Governo da província a invasão não pode ser contida, a população com o apoio do governo foi estimulada a lutar mais, no entanto até mesmo as tropas do governo comandadas pelo Sargento-Mor Francisco Sérgio de Oliveira bateram em retirada com tamanha atrocidade dos assaltantes que não tiveram dó nem piedade do povo alheio aos seus inimigos.

“Depois da independência do País, foi nascendo a consciência partidária na vida política, e a opinião pública dividindo-se, até que se formaram dois pensamentos ideológicos: os políticos mais ligados ao Governo eram os

conservadores, os leais à Coroa, cujos adversários “agregaram-se” nas esperanças republicanas, formando o partido dos liberais.” (GADELHA, 1986, p.22).

Os discursos mantidos até hoje através da historiografia mostra nosso estado de terras valorosas em conflitos, revoltas e muito pavor o que ditou os tempos de colonização. Desde os primeiros habitantes indígenas até os povos mais bem situados com a consagração do vilarejo, as pessoas de então não ficaram livres de eventuais conflitos provocados pelo desejo de grandeza e pela ganância de alguns, a disputa por prestígio e poder por muito permeou estes solos atormentando a paz dos sertanejos. A população ainda abatida com tantos conflitos viu com o florescer da independência uma nova forma de administração política que os respaldasse como verdadeiros cidadãos, porém esta forma de governo ainda cercada pelos modos administrativos deixados pela Coroa custaram até 1889, quando foi de fato implantado um novo regime de governo capaz de dar liberdade ao povo, à República.

A pequena vila não escapará em momento nenhum desse embate social e econômico, a formação foi dada, mas com muito derramamento de sangue, foi muito grande resistência dos nativos, os índios lutaram contra o domínio do colonizador, porém foram vencidos e se renderam a pressão exercida pelos Portugueses que foi tanto física como psicológica com a catequização, a disputa já não era apenas por uma porção de terra, mas por um reconhecimento que para alguns contou muito.

Capítulo III

Análise Historiográfica do Livro “Antes que ninguém conte”, de Julieta Por Deus Gadelha

3.1 - A Autora

“No ano em que o governo federal através do Ministério da Cultura cria o IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, instituição que vem para desenvolver e possibilitar aos municípios brasileiros a criação de museus nas cidades brasileiras para resgate da nossa memória histórico-cultural, preservando acervos e costumes, tradições e bens materiais e imateriais, quero destacar aqui o trabalho em prol da cultura sousense de Julieta Pordeus Gadelha.

Julieta é uma incansável batalhadora das expressões culturais de nossa cidade de Sousa-PB.

Escreveu um livro contando a história sousense desde o surgimento das primeiras sesmarias, das primeiras glebas de terra; desde o surgimento do primeiro automóvel na cidade nos primórdios do século passado quando nem estradas haviam, por aqui rodavam carros Ford e motocicletas Harley-Davidson. Julieta retratou em seu livro a invenção do cinema mudo e seu surgimento na cidade por volta de 1918 com seu Chico Casimiro como exibidor debaixo de um certo Tamarindo... Julieta também falou do Cangaco, da Nau Catarineta, dos Autos de Natal, da cultura de Sousa em “Antes Que Ninguém Conte”, livro que ela lançou a um tempo atrás, mas que se transformou num marco de registro da nossa história, como ponto de referência da memória sousense.

Julieta ainda compôs o Hino da cidade, que hoje é cantado nas escolas do município e nas solenidades oficiais, sendo obrigatório na abertura das sessões da câmara de vereadores.

Outro grande legado seu, foi a criação do Centro Cultural Tozinho Gadelha, uma homenagem que ela prestou ao ex-prefeito Tozinho Gadelha seu pai, onde ela conseguiu montar um museu com um acervo de peças e imagens recolhidos por ela mesma, formando um museu de grande importância para a região. Julieta mantém este museu com recursos do próprio bolso e não tem qualquer ajuda governamental para desenvolver este importante projeto de resgate da memória sousense.

Mulher de fibra, vitoriosa, Julieta é um ícone da cultura local pela sua persistência e tenacidade em manter um empreendimento cultural dessa envergadura, sem apoio de governos ou instituições, sejam estas públicas ou privadas.

Parabéns Julieta! “Antes que ninguém Conte” estou dizendo aqui da sua importância para Sousa e para a Paraíba.”¹⁵

Edilberto Abrantes, é Advogado na cidade de Sousa é também mais um dos exemplos que reverenciam Julieta pordeus Gadelha pelo seu trabalho, pela sua pesquisa e pela luta que a mesma travou para manter viva suas ideias. O texto acima esboça o que acontece pra muitos sousenses, Gadelha era considerada uma desbravadora, ao passo que resolveu contar antes que outro o fizesse.

Gadelha esteve preocupada todos esses anos em contar a história da cidade de Sousa de forma cronológica, no entanto, nem sempre se mostrou imparcial, ao contrário ela esteve a todo momento esboçando uma preocupação em colocar o nome de seus familiares em meio a essa trama discursiva, fazendo alguns direcionamentos em seu trabalho.

O trabalho busca desenvolver uma análise crítica da historiografia apresentada por Julieta Pordeus Gadelha tendo em perspectiva seu livro intitulado “Antes que ninguém conte”, impresso e publicado no ano de 1986. Em virtude do referido livro tratar da formação histórica da região sertaneja paraibana, busco discutir a condição de sociedade no século XVIII e de como fatores e agentes sociais mudaram a situação do interior da Paraíba naquele período. O trabalho analisa a perspectiva historiográfica da autora discutindo acerca dos aspectos sociais propostos na obra.

¹⁵ Edilberto Abrantes. <http://www.diariodosertao.com.br/noticias/cidades/146514/cidade-de-luto-morre-compositora-do-hino-de-sousa-julieta-pordeus-gadelha-confira.html> consultado em 06/09/2017.

O ano de 1730 é trabalhado na obra como um marco inicial na história da cidade de Sousa, espaço no qual o livro se debruça. Nesse momento da história sertaneja, muitos fatores de cunho social e religioso acabaram por ditar ritmos e condições de vivências do sertão paraibano. Na obra a autora expõe diversos agentes do processo de colonização e conquista do espaço que corresponde à atual cidade de Sousa, como Bento Freire de Sousa, José Gomes de Sá entre outros.

Apoiando se nesse contexto histórico, Julieta Pordeus Gadelha, mulher de família conhecida na cidade de Sousa, escreveu o livro “Antes Que Ninguém Conte”, em que a mesma produziu sua narrativa na condição de descendente dos agentes sociais que, nos anos anteriores, traçaram a história da cidade, esboçado na figura de seu pai Tozinho Gadelha o qual foi prefeito da cidade.

De família abastada na cidade, a autora formou-se em história, trabalhou na como professora e pesquisou para esse trabalho com autores como Deusdedit Leitão¹⁶ e Wilson Seixas¹⁷ – ambos historiadores. Julieta Pordeus Gadelha faleceu este ano (2017), e ficou marcada na história da cidade como historiadora e filha ilustre. Em seus comentários textuais é notável a preocupação em contar cronologicamente a história da cidade, e assim o faz pontuando todos os aspectos e acontecimentos históricos locais, desde vila até se tornar cidade politicamente falando em 1854, é notável ressaltar que a mesma buscou a todo tempo enaltecer o nome de sua família a qual é bastante conhecida na cidade até hoje os Gadelha.

3.2 - O livro

“Antes Que Ninguém Conte” de Julieta Por Deus Gadelha (1986) é uma obra historiográfica que busca contar a história da cidade de Sousa, arrebatando um período que se inicia em 1730 e se estende até meados do século XIX. A historiografia discutida no livro apresenta vários planos e pessoas envolvidas no início da colonização e conquista da cidade, ainda vila, na decorrente década inicial de abordagem.

¹⁶ Deusdedit de Vasconcelos Leitão nasceu no dia 7 de maio de 1921, na cidade de Cajazeiras; filho do casal Elizário Gomes Coelho e D.^a Maria Madalena de Vasconcelos Leitão. Foi batizado a 29 de outubro de 1921 na Matriz de São José de Piranhas, tendo como padrinhos os tios-avós Sabino Nogueira de Vasconcelos e Vitória Nogueira Menezes. Um dos seus trabalhos foi o livro “A Família Sá no Município de Sousa”. https://cse.google.com/cse?cx=016139480618161916646%3AsyipdqgdI_w&ie=UTF-8&q=deusdedit+leitao&sa=Busca+IHGP&siteurl=ihgp.net%2F&ref=www.google.com.br%2F&ss=24696j325857736j16#gsc.tab=0&gsc.q=deusdedit%20leitao&gsc.page=1 Consultado em 06/09/2017.

¹⁷ Historiador, autor do livro “O Velho Arraial de Piranhas (Pombal)”.

A autora fica a mercê da história dos grandes fatos e grandes heróis do então nascer de uma vila. O que mais nos chama a atenção é o fato da percepção que se obtém desde os primeiros passos da leitura de como o enfoque historiográfico busca grandes nomes para embasar os fatos.

Decorrente de uma grande trama de colonização e conquista, a então vila de medos do século XVIII saiu do anonimato historiográfico regional através da historiografia lentamente discutida a cada página do livro. No propósito de “contar antes que ninguém conte”, Julieta Pordeus Gadelha faz uma abordagem histórico-político-social da futura cidade e comenta, “antes que parte ou tudo isso ficasse escondido para sempre, antes que ninguém conte, eu o faço como posso, enfrentando todos os entraves das lembranças mais antigas, dos documentos esquecidos e perdidos” (GADELHA, 1986, p.6).

A autora justifica seu livro com a frase “antes que ninguém conte”. Mas, assim como qualquer objeto inventado por uma pessoa em particular, o saber histórico é fruto de um processo de aperfeiçoamento material e dialógico, acreditamos que a escolha do tema se deu devido à falta de documentação sobre o recorte esboçado no livro. Na historiografia o conhecimento produzido parte de um contínuo processo de diálogos e aproximações entre os pesquisadores de uma mesma temática. Assim, a historiografia se desenvolve pelo rumo de diversas discussões geradas em torno de um determinado fato, BLOCH e CERTEAU nos conduzem a essa forma de trabalho, no primeiro encontramos uma forma de pesquisa baseada nas discursões no uso da pesquisa como fonte indispensável para um diálogo construtivo, no segundo o ofício do historiador tem que estar ativo a todo tempo, procurando a imparcialidade e a verdade dos fatos.

Dessa forma, Gadelha comenta em um trecho como acontece esse processo de formação da cidade expondo aspectos que partem de relatos ou velhos documentos: “O processo de habitação aconteceu vagarosamente com os moradores das ribeiras do Peixe e Piranhas, dos paulistas que iam chegando com o propósito de situarem fazendas para criação de rebanhos.” (GADELHA, 1986, p.10).

Perceptivelmente em todo o contexto histórico do sertão paraibano, assim como os demais espaços da atual região nordeste, o interior foi fruto de disputas. Sobre isso cita Gadelha que a região por ela abordada surgiu devido à busca por arrendamentos e doações de terras para alargar as criações bovinas. O sertão paraibano seria uma região

sem dono, apenas mapeada pela da Casa da Torre da Bahia que detinha grande posse dessa região, o que fez com que o sertão virasse posse de muitos europeus interessados em adquirir riquezas.

A imagem de Bento Freire de Sousa, como coloca Gadelha, aparece como a figura de um herói idealizador dessa cidade. Com propósitos definidos, estes portugueses, por assim dizer, já que foram mais de um a exemplo José Gomes de Sá, chegaram a estas terras com a intenção de adquirir riquezas e prestígio diante das autoridades da Corte Portuguesa. Desbravar os sertões para a aquisição de terras não era uma tarefa fácil para estes colonizadores, de modo que cada um teve seu papel na história da cidade.

Bento Freire de Sousa homem de cunho religioso, assim como o descreve Gadelha, pisará nestas terras pela primeira vez em fins do século XVII e início do XVIII. juntamente com o Capitão Mor José Gomes de Sá. Portugueses e homens de negócios logo se fixaram nestas terras, o que para muitos teria mudado os rumos do pequeno povoado:

Enquanto José Gomes de Sá trabalhava mais no sentido de expandir o seu prestígio nas funções públicas, através do seu poderio econômico já assentado nas terras conquistadas e na pecuária, Bento Freire alargava a devoção a Nossa Senhora dos Remédios, e trabalhava, tentando edificar a Capela dessa devoção, constituindo o patrimônio de exigido [sic] para esse fim. (GADELHA, 1986: p. 11).

Segundo Gadelha, a função atribuída a cada um desses personagens é de fundamental importância para a construção da cidade. Por isso, os decorrentes eventos sociais de uma povoação simples ganharam aspectos mais significativos. O desejo de fundar uma cidade trazido por estes homens de berço europeu acabou por ganhar valor nas páginas do livro, ainda que estes homens estivessem interessados em levar para este novo mundo a cultura e os valores de seu continente.

O papel dessas pessoas citadas é de fundamental importância na historiografia sousense, e se dá pelo fato de seus atos terem sido escritos em muitas páginas do livro, ao ponto de elevar suas imagens a de bravos ícones do progresso. Ainda Bento Freire de

Sousa, descrito por Gadelha como homem tão vistoso pelo seu heroísmo, é colocado como um homem de muita fé e apreciação a Nossa Senhora dos Remédios. Esta descrição é que faz com que ele seja lembrado em muitos escritos de referência a cidade. PINTO (2008) traz em seu texto essa mesma imagem de um homem forte, levando em conta a menção feita a outros benfeitores como José Gomes de Sá entre outros.

O segundo personagem, tratado no seu texto como de pouca importância no início da formação da cidade, o Sargento-Mor José Gomes de Sá. Porém, discordando de Gadelha, percebemos na leitura da mesma que José Gomes de Sá produziu uma dinâmica econômica e iniciou as atividades políticas, sendo responsável por dar à região as características de uma cidade ou pelo menos de criar um desejo de formar uma cidade, indo além do propósito religioso destacado por Bento Freire. É notável que um optou pelo espaço da religião enquanto que o outro, na visão da autora um nítido capitalista, desde os primeiros momentos citados na obra, buscou o desenvolvimento econômico e político dessas pessoas que por assim dizer estavam no desabrochar de um evento histórico, notadamente colonizador.

Bento Freire de Sousa e José Gomes de Sá, exploradores e arrendatários ganharam nessas páginas castigadas pelo tempo e relembradas em discursos regionalistas o papel de figuras de fundamental importância na história da cidade de Sousa, a qual ainda é alvo de fortes indagações a respeito de seu próprio nome, pois até hoje se permanece uma dúvida sobre a denominação da cidade se foi homenagem a Bento Freire ou se seguia algum padrão de colonização Portuguesa. Estes personagens ganham valor e são lembrados até hoje através de críticas e comentários decorrentes dos primeiros passos lançados pelo discurso historiográfico proposto por Gadelha acerca do surgimento da cidade.

Assim como estes homens, muitos outros pisaram os solos sertanejos de então, mas à medida que suas figuras foram gravadas historicamente na memória de muitos sousenses fica difícil dizer que estes não foram peças fundamentais no processo civilizador dessa região.

Com o Capitão-mor José Gomes de Sá lançou Bento Freire os primeiros fundamentos desta cidade no começo do século passado; em 1731 requereu a ereção da capela; em 1740 vai Bento Freire a Bahia e

obtem o Patrimônio; em 1755 volta a Bahia e tira as dúvidas dos procuradores de D. Inacia na forma já dita; em 1760 obtem a sentença que a legalisa [sic]; e, em 1765, não podendo mais administrar com seu nunca desmentido zelo o patrimônio, pede sua demissão e descança [sic] coberto de louros cívicos, que tornam o homem benemérito da Pátria e aguarda a bemaventurança em prêmio das suas virtudes. (GADELHA, 1986, p.12).

O zelo pelo nome destes personagens é notório em todo o contexto da obra de Gadelha. A função ocupada por estes homens parece ditar o ritmo de desenvolvimento do pequeno povoado. A história de personagens tão marcantes é vista e se faz ver atualmente como uma historia vista de cima. Em nenhum momento do texto é possível notar as condições de vida de qualquer família menos abastada. A perspectiva de abordagem enfoca grandes nomes e fatos arrebatadores dando atenção para a construção historiográfica, esquecendo outros agentes da história, tornando-se uma narrativa excludente

O apreço por esses cotados benfeitores nos dá a interpretação direta de uma história de heróis, ao passo que nos leva a visualizar cenas de cunho administrativo e cívico de um povo esquecido em relatos. Ao ver desta trama sócio-política a figura de homens comuns é esquecida em meio aos fatos abrangentes deste sertão, onde por mais que se pergunte por outras vidas mais se encontra eventos e grandes fatos.

Fato inexplicável e também fruto de demais discussões é o nome da cidade. Até hoje muito se comenta sobre a atribuição a Bento Freire em homenagem aos seus serviços, no entanto muito emblemático é este assunto;

Essas versões, às vezes, tomam um colorido anedótico, inteiramente em desacordo com a verdadeira origem do topônimo, como assinala Luis da Câmara Cascudo que, em seu livro NOMES DA TERRA, ressalta o pitoresco da toponímia potiguar, sem deixar de reconhecer quanto é difícil contrariar as informações transmitidas de geração em geração e, por isso mesmo, já consagradas como um legado dos antepassados. (GADELHA, 1986, p.13).

As discussões encontradas em seu livro mostram o embasamento proposto para a proposição de Bento Freire como o bem-aventurado patriótico assim como o coloca a

pretensa aquisição de tal honraria. As colocações mais significativas a Bento Freire são sem dúvida a de que o nome da cidade é em sua homenagem. Mas, vale a pena ressaltar, que poucas linhas a diante a autora revela trechos de uma carta escrita à época por um padre onde o mesmo evidencia outro personagem como o receptor desta homenagem, o Capitão Alexandre Pereira de Sousa¹⁸, pois o mesmo também doou algumas terras para o patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios, o que mantém essa dúvida viva até hoje.

Permeado por muitas lutas e eventuais conflitos, o sertão Paraibano discutido e apresentado por Julieta Pordeus Gadelha eleva a cidade de Sousa a um patamar muito importante na historiografia regional. Por assim dizer sendo uma das primeiras regiões a ser ocupada já em fins do século XVII. A autora se propõe a narrativa historiográfica no início do século XVIII, o que a autora usa como fator determinante é a chegada de dois desbravadores a esta região.

A história evidencia nomes e fatos que desde muito cedo nos colocam a dúvida e a pretensão de como a autora narra historicamente esses eventos, pois a mesma faz uma narrativa voltada a grandes acontecimentos que ditam os rumos de tudo e todos. O cotidiano e os costumes são esquecidos pelo texto. O que ainda deve ser ressalvado são as condutas legislativas encontradas nos termos processuais de posse e doação de terras, quando vem a tratar de processos que ocorriam dentro de normas da Coroa Portuguesa o que evidencia uma determinada ordem cívica.

O desejo e a sede dos colonizadores em desbravar, conquistar e aglomerar cada vez mais riquezas fez desse ambiente de novas descobertas em muitos momentos um território de guerras e conflitos, a começar pelo religioso, onde desde muito cedo os mesmos buscaram inserir sua religião a todo custo, não muito tanto nesse espaço do Brasil como em um todo os conflitos foram em demasia, os maiores agressores a ordem e aos moldes primitivos de vida aqui encontrados pelos Portugueses.

Apesar de sua extensão discursiva o livro não foi discutido em sua totalidade por apresentar episódios de cunho religioso que fazem parte da história do município, mas que, no entanto são posteriores aos eventos conceituais de sua formação e de seu desenvolvimento como cidade. Contudo, em sua abordagem historiográfica, é possível identificarmos no seu contexto citações de fundamental importância para o nosso embasamento textual.

¹⁸ GADELHA, 1986.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento das cidades do interior da Paraíba se deram por meio do desbravamento dos colonizadores portugueses que aqui visando lucrar e de certa forma desenvolver sua ambições. Quando a ideia desse trabalho começou a ganhar corpo, eu já tinha um breve conhecimento sobre a história da cidade e tinha em mente nomes de personagens que marcaram a história local.

A Pesquisa aqui apresentada buscou dentre seus esforços elaborar um texto onde o leitor pudesse explicar um pouco sobre a formação da cidade de Sousa. Bem como entender e conhecer alguns autores que já abordaram o tema mas que estão ocultos em meio as escolas da cidade pelo fato das mesmas não trabalhar nem desenvolver nenhum tipo de atividade que busque o uso das mesmas como fonte de pesquisa.

Sobre a história local da cidade só vemos o trabalho em discutir um aspecto que é o turismo, pois como muitos sabem a cidade conta com um sítio arqueológico rico e diversificado de pegadas de animais pré-históricos, no entanto, a verdade imagem da cidade vem a anos ficando apagada por não conter um trabalho que eleve a mesma a discursos problematizantes e como também não se é feito nem um tipo de questionamento quanto ao que levou a formação da cidade e sua região.

Como objetivo, comecei a pensar em problematizar e sistematizar os eventos que encontrei relatados em poucas versões, abordei o espaço de tempo entre 1730 á 1854, para levar ao leitor um pouco de como se deu o surgimento e o desenvolvimento urbano da cidade, assim como não pude deixar de fora os aspectos sócias encontrados nos textos trabalhados.

É importante ressaltar que até hoje só existe uma única obra que buscou contar a história da cidade por inteiro desde sua passagem de vila a cidade assim como sua inserção no cenário político do estado, o livro antes Que Ninguém Conte (1986). A autora faleceu em 2017, quando o propósito da pesquisa era buscar junto a mesma outras fontes de pesquisa o que ficou inviável devido sua partida.

Esses elementos que foram incluso durante toda a trama textual estão inseridos dentro das discussões do que nos abordamos como cidades e seus entendimentos, uma cidade pode ser estudada em diversos aspectos, cultural, econômico e etc. a proposta dessa pesquisa foi antes de tudo esboçar a fundação emergente do sertão paraibano

focando na cidade de Sousa, tentando entender a todo tempo e dialogando com outros autores como foi dado os primeiros passos e quais os eventos históricos que permearam esses fatos, no mas a pesquisa espera ter contribuído com o enriquecimento letrado local e que possa ter passado um texto claro e transparente ao leitor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GADELHA, Julieta Pordeus. **Antes Que Ninguém Conte**. João Pessoa: A União, 1986.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 8ª. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **O Velho Arraial de Piranhas (Pombal)**. João Pessoa: Editora Grafset, 2004.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de (org). **Cidades e experiências modernas**. Campina Grande: EDUFPG, 2010.

PINTO, Lucíola marques. **Roteiro de uma cidade perdida em sua história Sousa**. Campina Grande: EDUFPG, 2008.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (ORG). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. pp. 77-93.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Jorge Zahar Editor, 2002.

Sites:

https://www.google.com.br/search?rlz=1C1SAVM_enBR644BR645&q=urbanismo&oq=urbanismo&gs_l=psy-ab.3..014.10500.12491.0.14142.5.5.0.0.0.177.782.0j5.5.0.dummy_maps_web_fallback...0...1.1.64.psy-ab..0.5.782...0i67k1j0i131k1.0.Wy2Y-myUsg4 Consultado em 16/09/2017.

https://www.google.com.br/search?q=impugnos&rlz=1C1SAVM_enBR644BR645&oq=impugnos&aqs=chrome..69i57.6051j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8 Consultado em 06/09/2017.

https://www.google.com.br/search?rlz=1C2SAVM_enBR644BR644&dcr=0&source=hp&q=o+que+significa+nordeste&oq=o+que+significa+nordeste&gs_l=psy-ab.1.0.0j0i22i30k113.4889.10636.0.14233.24.24.0.0.0.261.3443.0j19j2.21.0....0...1.1.64.psy-ab..3.21.3443...0i131k1.HGz81GRFQoQ Consultado em 06/09/2017.

https://www.google.com.br/search?rlz=1C2SAVM_enBR644BR644&dcr=0&q=a+casa+da+torre+da+bahia&oq=a+casa+da+torre+da+bahia&gs_l=psy-ab.3...959324.968448.0.970790.47.29.0.0.0.361.4031.0j11j4j4.19.0....0...1.1.64.psy-

ab..30.4.1126...0j0i22i30k1j0i131k1j0i67k1.Y-B6Y16YT84, consultado em 06/19/2017).

<http://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/coronelismo-no-brasil.htm>, consultado em 01/11/2014).

http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Pernambucana, consultado em 01/11/2014).

<http://www.diariosertao.com.br/noticias/cidades/146514/cidade-de-luto-morre-compositora-do-hino-de-sousa-julieta-pordeus-gadelha-confira.html> consultado em 06/09/2017.

https://cse.google.com/cse?cx=016139480618161916646%3Asyipdqgd_l_w&ie=UTF-8&q=deusdedit+leitao&sa=Busca+IHGP&siteurl=ihgp.net%2F&ref=www.google.com.br%2F&ss=24696j325857736j16#gsc.tab=0&gsc.q=deusdedit%20leitao&gsc.page=1
Consultado em 06/09/2017.